



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'V. Ventura'.

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação da Lousã, de 18 de fevereiro de 2026

Ao oitavo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, nesta vila da Lousã, reuniu no auditório da Biblioteca Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação da Lousã (adiante designado CMEL) com a presença dos seguintes representantes: --- da Câmara Municipal da Lousã: Presidente da Câmara Municipal da Lousã (Victor Carvalho); Vereadora com o pelouro da Educação (Cristina Silva); da Direção do Agrupamento de Escolas da Lousã - adiante AEL, o Diretor (Pedro Balhau); da STATUS – Escola Profissional da Lousã da Direção (Patrícia Duarte); da ARCIL (João Canossa Dias); das Juntas de Freguesia do Concelho (Alcindo Quaresma); do pessoal docente do Pré-Escolar (Maria Guilhermina Antunes); das IPSS – Activar (Paula Gonçalves); do Centro de Saúde da Lousã, a Delegada de Saúde (Elisabete Serrada); da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Carla Coimbra); do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social (Anabela Denguncho); da GNR da Lousã (Comandante Jorge Cruz); do Conselho Pedagógico do AEL (Ana Paula Magro); do Conselho Pedagógico da Status (Luís Fernandes); das Associações de Pais (Elisabete Pires e Inês Santos); do pessoal docente do 1.º CEB (Sílvia Carrilho) e do pessoal docente do Ensino Secundário (Maria Leonor Simões). -----

Esteve ainda presente a Diretora do Departamento de Desenvolvimento Territorial e Humano da Câmara Municipal da Lousã, Cristina Ventura, e os técnicos da Equipa de Educação: Vânia Moreira, João Cruz e Fátima Costa. -----

Não estiveram presentes os representantes: da Assembleia Municipal (Santinho Antunes); dos Serviços de Emprego e Formação Profissional da Lousã (Catarina Marques de Sá); do pessoal docente do Ensino Básico (Miguel Matos); e da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã; e representante do Conselho Municipal de Juventude. -----

Às 14h40 deu-se início aos trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 - Informações
- 2 – Balanço 1.º semestre ano letivo 25/26
- 3 – Proposta de Serviço de Vigilância – Transportes Escolares
- 4 – Outros Assuntos

A Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Cristina Silva, saúda os presentes, dirigindo-se a todos e, tendo em conta que é a primeira reunião do CME, depois da tomada de posse do novo executivo, sugere que façam todas uma apresentação. -----

De seguida a Sra. Vereadora dá a palavra ao Sr. Presidente Victor Carvalho que começou por apresentar informações atualizadas, designadamente sobre impactos recentes das condições meteorológicas, intervenções em infraestruturas escolares e outras situações identificadas nas escolas e jardins de infância do concelho. Em relação

as Impactos das intempéries e intervenções nas infraestruturas escolares foi apresentada uma panorâmica geral dos efeitos das recentes tempestades, tendo sido referido que praticamente todas as escolas e jardins de infância registaram agravamento de fragilidades já existentes. Foram identificadas necessidades de intervenção urgente em vários estabelecimentos, designadamente: Jardim de Infância de Santa Rita; Estabelecimento do 1.º ciclo do Casal de Santo António e Jardim de Infância da Lousã. As intervenções encontram-se identificadas e orçamentadas, prevendo-se a realização de obras em várias frentes até ao final do ano letivo, no âmbito da requalificação das infraestruturas escolares. Foi ainda referido que algumas intervenções previamente planeadas não puderam avançar devido às condições climatéricas adversas, que impediram a execução de trabalhos programados. Em relação às Obras da Escola Secundária, foi feito um ponto de situação sobre a obra de requalificação da Escola Secundária, financiada pelo PRR, salientando-se tratar-se de uma intervenção com prazos exigentes e regras rigorosas de execução. Foi indicado que a obra atravessou um processo complexo, com diversos constrangimentos e que de facto existe uma data de referência para conclusão, situada entre 30 de junho e 15 de agosto e está a ser desenvolvido um esforço de aceleração da obra para garantir a receção dos alunos no próximo ano letivo. Como medida de gestão da empreitada, procedeu-se à instalação de contentores na Escola Básica n.º 2, com o objetivo de libertar o último bloco ainda ocupado na Escola Secundária e permitir o avanço dos trabalhos. Foi igualmente referido que existe alguma flexibilidade por parte das entidades financiadoras apenas relativamente aos arranjos exteriores. Foram ainda assinalados constrangimentos adicionais decorrentes da origem geográfica de parte dos empreiteiros, afetados por ocorrências graves durante as tempestades nas respetivas zonas de atividade, o que tem impacto na disponibilidade operacional. Apesar das dificuldades, foi reafirmado o objetivo de iniciar o próximo ano letivo com a Escola em condições de funcionamento. Já no que diz respeito à Intervenção na Escola Básica n.º 2 foi referido que o processo de requalificação já se encontrava adjudicado, mas não havia cabimentação e carece de financiamento. Prevê-se que a obra tenha um custo superior a oito milhões de euros, valor que não pode ser suportado diretamente pelo município, dependendo por isso de financiamento externo. Aguarda-se a abertura de aviso de candidatura para financiamento das escolas, que ainda não foi publicado, apesar de previsões anteriores nesse sentido. Foi manifestada preocupação quanto ao eventual impacto das recentes intempéries na priorização nacional de investimentos, podendo atrasar o processo. Foi referido que o empreiteiro prevê possibilidade de iniciar trabalhos em junho, embora essa previsão dependa da confirmação do financiamento. Foi ainda considerado que a execução simultânea de obras em duas escolas contíguas poderá não ser a solução mais adequada, admitindo-se maior margem de negociação quanto ao calendário. Foi expresso o reconhecimento pelo esforço de alunos, docentes e encarregados de educação face às condições transitórias de funcionamento, sublinhando-se a importância de ultrapassar esta fase com a maior brevidade possível. Foi assegurado que qualquer novidade relevante, nomeadamente relativa ao financiamento ou início das obras da Escola Básica n.º 2, será comunicada de imediato. Outros dos esclarecimentos tiveram a ver com a Integração de migrantes e foi referido o aumento do número de alunos migrantes e a necessidade de resposta adequada, destacando-se que está em vigor o Plano Municipal de Integração de Migrantes e que o município assegura acompanhamento e apoio no âmbito desse plano. De seguida o Sr. Presidente abordou o tema dos Transportes e das acessibilidades, mais especificamente a paragem de autocarro junto à Escola Secundária. Foi discutida a

CF
Vanessa

localização da paragem de autocarro próxima da entrada provisória da escola, tendo sido referido que a sua deslocação apresenta dificuldades técnicas e de circulação. Foram também consideradas questões de estacionamento, segurança e gestão do tráfego, concluindo-se que a situação será analisada, embora não se anteveja solução imediata. Em relação ao Metrobus e transportes alternativos, foi referido que o serviço se encontra condicionado por problemas na infraestrutura e nas vias de circulação, obrigando a transportes alternativos menos eficientes. Existe compromisso da administração para otimizar o serviço após estabilização das condições de circulação, atendendo às necessidades dos vários concelhos servidos. Em relação ao acesso pedonal entre a estação do Metro e as Escolas, foi levantada a questão de um acesso pedonal cuja natureza pública ou privada ainda não se encontra clarificada. Foi referido que, sendo público, o acesso deverá ser mantido e garantido. Foi ainda mencionada uma ocorrência envolvendo um ataque de um animal nesse "carreiro" identificado, sugerindo a veracidade deste ser efetivamente público, no entanto ficou sublinhada a necessidade de clarificação da responsabilidade e das condições de segurança do local. A professora Maria Leonor Simões apresentou ainda algumas preocupações relativas à exposição dos alunos às condições meteorológicas na escola, à organização do trânsito e estacionamento junto aos estabelecimentos de ensino e à adequação dos horários de transporte do metro aos horários escolares. O Diretor do AEL, Pedro Balhau, pediu a palavra e apresentou algumas notas, designadamente sobre as infiltrações verificadas nos contentores, as quais se devem sobretudo às condições climáticas extremas que se têm vindo a registar. Referiu que estas situações são resolvidas com a maior brevidade possível e que já foi solicitado à empresa responsável pelos contentores o reforço dos vedantes. Sublinhou, contudo, que, atendendo ao elevado volume de precipitação, a própria natureza construtiva dos contentores apresenta limitações que importa considerar. Relativamente à paragem de autocarro, e considerando que o concelho de Lousã se encontra fortemente associado à prática desportiva, foi salientada a importância de desconstruir, junto dos pais, a ideia de que as crianças não podem deslocar-se a pé ou estar expostas a alguma chuva, entendendo-se que tal faz parte do seu quotidiano. Foi ainda referido que não é razoável, nem exequível, a existência de paragens de autocarro à porta de todas as escolas, nem tal solução se revela adequada. Foi igualmente mencionado que existiu algum receio inicial quanto à localização atual da portaria da escola secundária; contudo, verificando-se a manutenção de circulação nos dois sentidos, não têm sido registados constrangimentos, decorrendo a situação com normalidade. Informou, por fim, que estas questões serão devidamente esclarecidas na próxima reunião a realizar com as associações de pais -----

De seguida, tomou a palavra Inês Santos, representante da Associação de Pais da Escola Básica n.º 1, que transmitiu a preocupação manifestada por vários encarregados de educação relativamente à reduzida oferta de transportes com ligação deste estabelecimento de ensino à vila, questionando se se encontra prevista alguma alteração ou reforço do serviço. Foi esclarecido que existe essa resposta através da UrbLousã, mas que de facto não passa em horários compatíveis com as saídas dos alunos do horário escolar. Inês Santos questionou ainda sobre a construção prevista do telheiro da Escola Básica n.º 1. Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que esta intervenção estava prevista ter início no final do mês de janeiro, não tendo sido possível avançar nessa data pelas razões anteriormente mencionadas. Informou, contudo, que a empresa responsável já se encontra identificada, estando neste momento a aguardar-se que estejam reunidas as condições necessárias para o arranque da obra.



O Diretor do AEL, Pedro Balhau, tomou novamente a palavra para esclarecer que, relativamente aos alunos da Escola Secundária que passarão a ter aulas na Escola Básica n.º 2, será instalada uma portaria junto ao ginásio. Informou ainda que a utilização dos balneários sofrerá algumas alterações, designadamente através da criação de uma separação física entre os alunos da Escola Básica n.º 2 e os alunos da Escola Secundária. Na sequência deste esclarecimento, Elisabete Pires, representante da Associação de Pais da Escola Secundária, questionou para quando se encontra prevista a referida alteração, tendo sido informada que a sua concretização deverá ocorrer no prazo aproximado de um mês, aproveitando eventualmente a Interrupção letiva da Páscoa. -----

De seguida toma a palavra o Representante da ARCIL, João Canossa, e começa por referir que a ARCIL continua com o apoio às Escolas através do CRI e do ATL, em articulação com a Câmara Municipal. Refere também que persistem as dificuldades na contratação de recursos humanos, sobretudo técnicos para realizar as intervenções, problema que tem sido recorrente, pois é uma situação que tem sido descrita em reuniões anteriores e poderá exigir reflexão futura sobre como o CRI funciona. De seguida toma a palavra a Educadora Paula Magro, representante do Conselho Pedagógico, que sugere uma vez mais, que as reuniões possam começar mais tarde, depois das 15h00, para evitar atrasos de quem sai às 15h00. De seguida toma a palavra a Representante do ensino pré-escolar, a Educadora Maria Guilhermina referiu ter conhecimento de que foram efetuadas visitas a vários Jardins de Infância do concelho, considerando que, no âmbito dessas deslocações, terão sido identificadas necessidades significativas de intervenção. Salientou que, no caso específico do Jardim de Infância da Lousã, as necessidades não se circunscrevem apenas aos edifícios escolares propriamente ditos, abrangendo igualmente os espaços que asseguram apoio à atividade letiva, designadamente o refeitório. Por sua vez, a Educadora Paula mencionou constrangimentos identificados no Jardim de Infância das Fontainhas, nomeadamente a existência de infiltrações e telhados degradados, anexos com deficiências estruturais, zonas de entrada com acumulação de água, edifícios antigos com fracas condições de isolamento térmico e instalações sanitárias com problemas frequentes de entupimento. O Dr. Pedro Balhau, refere que há reconhecimento de que são necessárias obras estruturais, sobretudo para garantir condições adequadas às crianças e que essas situações estão sinalizadas, no entanto há que priorizar as intervenções urgentes. O Sr. Presidente assume o compromisso de equilibrar o parque escolar porque não faz sentido ter escolas novas e outras muito degradadas. O Sr. Presidente despede-se e reforça novamente agradecimento à comunidade educativa. -----

De seguida, a Sra. Vereadora passa para o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, Informações, e começa por reiterar o agradecimento às Direções, e a todos os docentes, não docentes e famílias, por toda a compreensão tida nestes últimos meses, resultante dos constrangimentos com as obras que estão em curso na Escola Secundária. De seguida informa que foi aprovado o novo Contrato Interadministrativo de Transferência de Competências com delegação de competências no Diretor do AEL, o qual será igualmente submetido à aprovação da Assembleia Municipal. Foi também registado um agradecimento à Associação de Pais do Jardim de Infância da Lousã pela organização, em conjunto com o Agrupamento de Escolas da Lousã e a Câmara Municipal da Lousã, do evento "Brincadeiras do Passado para Crianças do Futuro", dinamizado pela Dra. Rita Cordovil, reconhecendo-se a relevância da iniciativa para a comunidade educativa. De seguida dá também nota da submissão da Carta

Educativa Municipal e que aguarda homologação. Foi também aprovado o Plano Municipal de Integração dos Migrantes a 19 de janeiro, agradecendo os dados que chegaram dos vários parceiros e que contribuíram para a elaboração desse Plano, e que o atendimento das famílias migrantes funciona no Serviço de Intervenção Social. Foi ainda salientado que a autarquia enfrenta igualmente constrangimentos relacionados com a insuficiência de recursos humanos, particularmente no que se refere à gestão dos casos de ação social, e que é de facto um problema transversal. Informa também que será submetido à Assembleia Municipal a Carta Social, depois de ter passado pelo CLAS. No que se refere às famílias e aos alunos do pré-escolar, foi destacado que tem sido uma prioridade assegurar resposta a todas as solicitações que chegam aos serviços. No que diz respeito às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades Extracurriculares (AEC), vão ter lugar na próxima semana as reuniões de avaliação do 1.º semestre de ambos os serviços. Ainda em relação às AAAF, vão decorrer na próxima semana os "Dias Abertos aos Encarregados de Educação" no período do lanche deste serviço, em todos os estabelecimentos de Ensino Pré-escolar, e que o município tem dado resposta e tem acompanhado todas as situações que chegam quer através dos próprios encarregados de educação ou até mesmo das Associações de Pais e o que se tem constatado e que é que também o que é referido de forma quase unânime, é a insuficiência de formação da maior parte das monitoras que acompanham as crianças neste serviço. Questão essa a que acresce, como já foi referido, à situação que não deixa de ser um problema, que é a falta de recursos humanos. Não obstante, há o compromisso de rever os próximos cadernos de encargos e verificar que situações podem vir a ser acauteladas no futuro. Passando ao ponto de situações de projetos e outras respostas/serviços que estão a ser desenvolvidos no presente ano letivo, começando pelo B-link; Escola Sem Muros, Promoção das Literacias – Ler para Aprender; Promoção da Consciência Ambiental - Brigadas Verdes; Aprende com a Tua Região, Atividade Sunset Talks "Pop Your Mind" no âmbito do Serviço Municipal de Psicologia, Equipas Multidisciplinares e Imagine.Create.Succeed. No que diz respeito ao projeto "Aprende com a Tua Região", ficou definido que a Equipa Local será constituída por duas docentes do Agrupamento de Escolas da Lousã, as quais já acompanham o projeto "Conhecer para Proteger", no âmbito do Plano Nacional das Artes, bem como por um técnico do Município. Foi, contudo, ressalvado pelo Dr. Pedro Balhau que este acompanhamento será assegurado dentro do possível, atendendo ao facto de as referidas docentes já se encontrarem envolvidas em diversos projetos. De seguida a Sra. Vereadora dá também a informação que devido às condições meteorológicas que se fizeram sentir, o curso de Carnaval teve de ser cancelado, mas como o tema aglutinador é a Proteção da Natureza a proposta foi a de integrar esta atividade em outra que irá decorrer dia 20 de março, designadamente a "A Arruada pela Floresta" no âmbito do Plano Nacional de Artes e do Eco-Escolas. A Sra. Vereadora aproveitou este momento para reiterar o convite à Status de colaborar também nesta ação. Relativamente aos Cursos Profissionais já foi recebido da parte do Agrupamento de escolas da Lousã e da parte da Status, as propostas de ofertas dos cursos a administrar no próximo ano letivo e já foi feita a comunicação à CIM. O Dr. Pedro Balhau, pede a palavra para reforçar que a oferta destes cursos deve ser ajustada à realidade dos espaços físicos e materiais das escolas, dos recursos humanos e até mesmo do território, e foi seguindo essa lógica que foram feitas as candidaturas do AEL nomeadamente nos cursos de gestão, eletrónica e automação, bem como o apoio na área da educação com crianças e com idosos, e particularmente o cursos de proteção civil porque se entendeu que a Lousã, por ter a Escola Nacional de Bombeiros e os



Bombeiros Municipais, consegue ter uma resposta fundamental e onde há falta de recursos humanos. A Sra. Vereadora passa a palavra à Diretora da Status, Patrícia Duarte que começa por dizer que a lógica que a Status seguiu foi exatamente a mesma que foi referida pelo Diretor do AEL, sendo que no caso dos privados a questão dos recursos humanos é mais fácil de resolver. Foi igualmente referido que uma das maiores dificuldades sentidas se prende com a impossibilidade de disponibilizar determinada oferta formativa, uma vez que existem cursos que são inicialmente pretendidos por outras escolas, mas que posteriormente acabam por não abrir. No caso concreto da Status, esta situação inviabiliza a apresentação de candidatura ou solicitação desses mesmos cursos. Acresce que existem áreas formativas cuja implementação é reconhecida como necessária nas escolas; contudo, verifica-se que os alunos não demonstram procura suficiente pelas mesmas. Considera-se que esta resistência poderá estar relacionada com a insuficiente sensibilização para o ensino profissional, a qual ocorre, muitas vezes, de forma tardia no percurso escolar dos alunos. Neste momento da reunião foi amplamente debatida a importância da valorização do ensino profissional e da orientação vocacional, tendo sido salientada a necessidade de reforçar o reconhecimento do ensino profissional junto dos alunos e da comunidade, bem como de intensificar a divulgação da oferta formativa existente. A Dra. Patrícia fez ainda uso da palavra para convidar todos os presentes a estarem presentes no dia 2 de março numa ação promovida pela Proteção Civil de Coimbra, no âmbito do Clube de Proteção Civil da Status, iniciativa que visa concretizar, em contexto prático, aquilo que há muito tem vindo a ser defendido relativamente à orientação vocacional, promovendo uma abordagem mais experiencial e próxima da realidade profissional. Foi ainda abordada a questão dos Centros Tecnológicos Especializados, tendo sido esclarecido que a Status não pode abrir um centro dessa natureza, uma vez que a CIM informou que já existia na Lousã, designadamente no Agrupamento de Escolas da Lousã, prevalecendo a sua implementação nas escolas públicas. Contudo, o Dr. Pedro referiu que no Agrupamento não foi aprovado nenhum CTE. Face ao exposto, concluiu-se que poderá ter ocorrido alguma inconsistência ou equívoco na informação transmitida através da CIM. Foi ainda destacada a relevância da realização de visitas a empresas com o objetivo de motivar os alunos, da organização de mostras e eventos de orientação vocacional e do envolvimento ativo de empresários e antigos alunos nestas iniciativas. Neste âmbito, foi sugerido o reforço da divulgação da oferta formativa nas escolas e nos municípios vizinhos, a criação de eventos regulares de apresentação da oferta educativa e profissional e a facilitação do transporte de alunos que participem em visitas ou eventos externos. No que respeita à colaboração institucional, foi reforçada a importância da articulação entre escolas, municípios e empresas, sublinhando-se a necessidade de um trabalho conjunto na promoção da formação e do emprego local, bem como o planeamento antecipado das iniciativas. Neste seguimento, o Sr. Presidente da Junta da Lousã, Alcindo Quaresma usou da palavra para deixar a sugestão de que possa ser recuperado um evento que teve lugar na Lousã há vários anos, designado "Fim de Semana da Juventude", propondo que essa iniciativa seja retomada e aproveitada como oportunidade para envolver os jovens, permitindo-lhes conhecer e experimentar diferentes ofertas formativas, através de uma abordagem mais prática e participativa. A Prof.ª Silvia deixa também a sugestão da divulgação ser feita, a título de exemplo, através das rádios locais. A Dra. Patrícia Duarte reforçou que a iniciativa deveria assumir uma dimensão intermunicipal, desenvolvida em articulação entre municípios, em prol de um objetivo comum. Ainda neste seguimento, o Dr. Pedro Balhau lembrou que iniciativas semelhantes já foram

GH
Vânia



desenvolvidas anteriormente, nomeadamente pela DGEstE. Informou igualmente que teve lugar uma reunião entre o Agrupamento de Escolas da Lousã e a Associação Empresarial da Lousã, tendo esta manifestado disponibilidade para se deslocar às escolas com o objetivo de dialogar com os alunos e motivá-los a permanecer e desenvolver o seu percurso profissional na Lousã. Referiu ainda que, no dia da realização do Podcast Universitário, iniciativa a levar a cabo pelo município, no dia 24 de abril, em articulação com o AEL e Status, decorrerão, no período da tarde, breves conversas entre empresários e alunos. Acrescentou que poderá vir a ser equacionada, no início do próximo ano letivo, a realização de visitas a algumas empresas da Lousã, com vista ao reforço da aproximação entre a escola e o tecido empresarial local. Por último, foi sugerido que, à semelhança do que é praticado pelo Município da Pampilhosa da Serra, que assegura o pagamento de transportes para permitir a deslocação de alunos de outros municípios ao seu território, também a Lousã possa equacionar a oferta de bilhetes de metro, com vista a facilitar a visita de alunos e promover o conhecimento da oferta formativa local. A Dra. Patrícia Duarte terminou a sua intervenção reiterando uma proposta já apresentada ao anterior Executivo, referindo que a Status manifesta total disponibilidade para organizar um evento nos moldes do que foi sugerido, salientando que dispõe dos cursos adequados para dinamizar a iniciativa e "pôr a máquina a mexer", designadamente através da Associação Melmequer, constituída por alunos da Status. A representante da Activar, Paula Gonçalves acrescenta também que no âmbito do Projeto Espaço J, durante as pausas letivas, se realizam as atividades "Experimenta +", iniciativa que consiste na integração de jovens em áreas específicas de interesse, proporcionando-lhes experiências práticas. Foi salientado que esta ação contribui igualmente para a criação de uma base sólida para uma futura orientação vocacional, permitindo aos jovens um contacto mais próximo com diferentes contextos profissionais. -----

Ainda no ponto Informações, usa da palavra a Dra. Carla Coimbra da CCDR, que dá conhecimento que será novamente lançado o concurso Centro Circular. Uma iniciativa que assenta na gamificação, dirigida a alunos do 2.º e 3.º ciclo, composta por várias fases competitivas, envolvendo a participação das escolas, atribuindo pontuação a alunos, professores e ao estabelecimento, com semifinais presenciais e uma final regional, culminando na atribuição de prémios, tendo como objetivo principal a aprendizagem, especialmente na área da economia circular. -----

Não havendo mais intervenções para este ponto, passa-se ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos – Balanço do 1.º semestre do ano letivo 2025/2026. -----

A Sra. Vereadora informou que o Município, o Agrupamento de Escolas da Lousã e a Escola Profissional da Lousã (STATUS) estarão presentes numa reunião a realizar na CIM, com o objetivo de discutir a organização semestral ou trimestral, nomeadamente no que diz respeito à questão dos transportes. Toma então a palavra o Diretor Dr. Pedro Balhau, que começa por apresentar alguns dados do Agrupamento (em anexo). Foi apresentado o retrato atual da população escolar, destacando-se o aumento do n.º de alunos desde o início do ano letivo, passando de 2077 para 2094 alunos, a existência de cerca de 265 alunos estrangeiros, provenientes de 26 nacionalidades distintas, bem como o aumento do número de alunos abrangidos pela ação social escolar. Foi ainda referido que cerca de 449 alunos apresentam diferentes necessidades de apoios no reforço das aprendizagens. Neste contexto, foram identificadas algumas dificuldades associadas ao aumento dos pedidos de apoio pedagógico, à redução do crédito horário disponível e ao elevado número de horas extraordinárias atribuídas a docentes.

GA
Van R

Relativamente aos resultados académicos, no 1.º ciclo foi referido um ligeiro decréscimo em Matemática no 1.º ano, bem como maiores dificuldades no 2.º ano, sobretudo ao nível da leitura e da escrita, registando-se, no entanto, estabilidade nos restantes anos de escolaridade. Foi ainda sublinhada a importância de continuar a apostar na qualidade do sucesso educativo e na consolidação das aprendizagens. -----

No 2.º ciclo verificou-se um decréscimo mais significativo em Matemática nos 5.º e 6.º anos, embora se tenha registado uma melhoria global no 6.º ano. Foi também referida a existência de programas de mentoria e de apoio diferenciado destinados aos alunos que evidenciam maiores dificuldades. -----

No 3.º ciclo foi assinalada uma melhoria geral dos resultados, com exceção do 8.º ano, onde persistem algumas dificuldades, ainda que se tenha verificado um ligeiro aumento do sucesso em Matemática. Foram igualmente destacadas dificuldades ao nível da leitura e da compreensão, estando em curso diversas iniciativas de promoção da leitura. -----

Quanto ao ensino secundário, foi referida uma ligeira descida dos resultados em Matemática no 10.º e nos 12.º anos, mantendo-se, contudo, resultados globalmente positivos no ensino profissional. Foi ainda salientada a elevada mobilidade de alunos em algumas turmas. -----

No que respeita à disciplina e ao comportamento, registou-se um aumento aproximado de 30% nas ocorrências disciplinares, verificando-se igualmente um crescimento do número de processos instaurados. Neste âmbito, foi salientada a necessidade de reforçar o envolvimento das famílias no acompanhamento dos alunos. -----

Relativamente à educação especial, foi referido que as medidas implementadas têm sido globalmente eficazes. Ainda assim, foram identificadas algumas dificuldades, nomeadamente na substituição de técnicos especializados, no aumento de situações de ansiedade em alunos com necessidades específicas, no pouco envolvimento parental e na instabilidade do número de assistentes operacionais, situação que poderá ter impacto na qualidade da intervenção. -----

Foi feita também a avaliação das AEC, em que se referiu que de um modo geral a avaliação é positiva, mas que dados mais concretos serão discutidos e analisados nas reuniões que já estão agendadas. -----

Por fim, no que diz respeito às atividades e projetos do agrupamento, foi referido que o plano anual de atividades contempla 262 ações, encontrando-se cerca de 19% já realizadas, tendo algumas iniciativas sido reprogramadas devido às condições meteorológicas adversas. Foram ainda mencionados diversos projetos e iniciativas em curso, incluindo mobilidades Erasmus+, projetos europeus, atividades no âmbito da cidadania, ações na área da saúde, formação de docentes e iniciativas de inovação pedagógica e candidaturas. -----

A Educadora Paula Magro, representante do Conselho Pedagógico, toma a palavra no que respeita à educação pré-escolar, e reforça a ideia de que este nível de ensino constitui a base do sistema educativo, embora seja frequentemente subvalorizado. Foram destacados alguns aspetos positivos, nomeadamente a boa articulação existente com o 1.º ciclo, que tem contribuído para uma melhor adaptação das crianças na transição entre níveis de ensino, bem como o trabalho de preparação prévia das rotinas escolares. Foram, no entanto, manifestadas algumas preocupações, entre as quais o aumento do número de crianças sinalizadas para educação especial e a insuficiência de recursos especializados para dar resposta a essas necessidades. Foi igualmente referido o aumento da entrada de crianças com dois anos de idade, situação que tem vindo a criar dificuldades ao nível da organização dos grupos e da

gestão do trabalho educativo. Acresce ainda o facto de existirem grupos com um número significativo de crianças que apresentam elevados níveis de dependência, nomeadamente no que respeita ao uso de fralda. Foram também identificados alguns desafios adicionais, designadamente no processo de seleção de assistentes operacionais, que nem sempre apresentam o perfil mais adequado para trabalhar neste nível de ensino, bem como uma crescente dependência das crianças e uma menor autonomia no contexto familiar. -----

O Dr. João Canossa usou da palavra para referir que, relativamente aos recursos humanos e à formação, foi salientada a necessidade, reportada pelas próprias assistentes operacionais do pré-escolar, de promover formação contínua, considerando-se esta de elevada importância para a preparação específica do trabalho com crianças nesta faixa etária. Outro aspeto apontado foi a relevância da gestão das relações interpessoais no seio das equipas educativas. -----

De seguida toma a palavra a Dra. Patrícia Duarte que partilha também alguns dados relativos à Status, nomeadamente o número de alunos, o contínuo apoio ao Programa Prouniversitário bem como do Prostart e do Pronamoro. Informa também da criação da Associação Melmequer, que visa representar os jovens empreendedores. Reforça o convite no âmbito do Clube de Proteção Civil. Dá nota muito positiva do clube de música, em parceria com os alunos do Agrupamento de Escolas da Lousã. Reforça também mais uma vez a colaboração no projeto "Sem Chip", de forma a encontrar uma rede de parceiros mais alargada. Por fim, foi referido que, no caso da Status, não se regista necessariamente um aumento do número de ocorrências disciplinares; contudo, verifica-se uma maior gravidade nas situações identificadas. Neste contexto, foram mencionados comportamentos associados a furtos e a consumo e eventual venda de estupefacientes nas imediações de estabelecimentos de ensino. -----

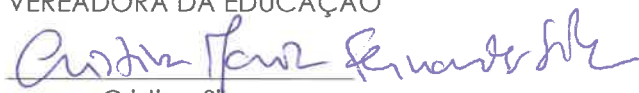
Face a esta realidade, foi sugerida a importância de reforçar a articulação entre as entidades com responsabilidade na área educativa e social, designadamente o Agrupamento de Escolas, o Município, a GNR e a CPCJ. Nesse sentido, foi proposta a realização de momentos periódicos de partilha e reflexão conjunta entre estas entidades, com vista à identificação e definição de estratégias que permitam prevenir e mitigar estas situações. Usa da palavra o Sr. Comandante da GNR, Jorge Cruz, que refere que, de facto, não é fácil acompanhar todas as solicitações que surgem relacionadas com episódios porque os recursos não são suficientes, e efetivamente quando até abordam os jovens o que acontece posteriormente é que recebem comunicações por parte dos pais destes jovens a questionar a legitimidade dessas abordagens, mas que ainda assim continuam atentos. A Sra. Vereadora refere que então poderia ser criada uma equipa mais pequena, de forma a aferir outras situações que possam estar a surgir, porque é de facto um problema que é de todos. A Sra. Delegada de Saúde, Dra. Elisabete Serrada, questiona se uma parte da solução não poderia passar pela prevenção, nomeadamente com ações de formação e de capacitação ao que é lhe é respondido pelo Diretor do AEL, que essas ações acontecem e que de facto o problema está na falta de presença mais efetiva e de uma ação mais musculada. O Sr. Comandante refere que essa ação mais musculada que é identificada pode de facto acontecer desde que devidamente solicitada e autorizada. A Sra. Vereadora toma a palavra e termina dizendo que de facto é necessário a criação de um grupo mais restrito para discutir estes desafios, nomeadamente Direção do AEL e Status, Forças de Segurança, CPCJ e Câmara Municipal. -----

Passa-se de seguida ao ponto 3, relativamente à Proposta da Vigilância nos Transportes Escolares. esclarecidas também algumas notas deixadas pelos docentes do 1.ºCEB, transmitidas pela Prof.ª Sílvia Carrilho, sobre a importância de assegurar a continuidade da vigilância no transporte escolar, preferencialmente através de assistentes operacionais que não estejam diretamente afetas aos estabelecimentos de ensino. Referiu igualmente alguns constrangimentos relacionados com o transporte dos alunos provenientes de Casal de Santo António, nomeadamente a escassez de horários disponíveis, situação que se tornou mais evidente após a suspensão do trajeto entre a Lousã e Serpins através do MetroBus. Em resposta, foi esclarecido que se trata de uma situação pontual, encontrando-se o Município atento à mesma. Foi ainda referido que a paragem junto à Escola Básica de Casal de Santo António já se encontra incluída nos horários do serviço do MetroBus. Relativamente ao acompanhamento dos alunos por assistentes operacionais neste estabelecimento de ensino, foi confirmado que o mesmo se manterá, de acordo com o que se encontra previsto na proposta apresentada. Depois de esclarecidas algumas questões levantadas também pela Sra. Delegada de Saúde, Dra. Elisabete Serrada, acerca dos sistemas de retenção e faixas etárias dos alunos utilizadores do transporte e contando com os pareceres favoráveis de três dos conselheiros que já tinham deixado a reunião, todos os presentes dão parecer favorável à Proposta. -----

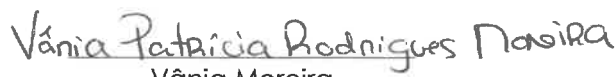
Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Vereadora agradece e encerra a reunião pelas 17h30. -----

A presente ata vai ser assinada pelo Sra. Vereadora da Câmara Municipal da Lousã e por mim, Vânia Moreira, secretária do CMEL. -----

A VEREADORA DA EDUCAÇÃO


Cristina Silva

A SECRETÁRIA DA REUNIÃO


Vânia Moreira